

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA  
CURSO DE DESENVOLVIMENTO RURAL E SEGURANÇA ALIMENTAR

**ATA Nº 05 - Sessão ordinária do Colegiado de Curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar**

Ata de sessão ordinária do Colegiado de Curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar, realizada no dia 12 de agosto de 2015, às 11 horas na sala de reuniões do ILAESP/PTI.

1 Aos doze dias do mês de agosto de dois mil e quinze com início às onze horas, na sala de reuniões  
2 do Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política; da Universidade Federal da  
3 Integração Latino-Americana; sediada no Parque Tecnológico de Itaipu em Foz do Iguaçu, Paraná,  
4 bloco seis, espaço quatro realizou-se uma reunião do colegiado do curso de Desenvolvimento Rural  
5 e Segurança Alimentar presidida pelo Prof Guillermo Javier Diaz Villavicencio (Coordenador do  
6 Curso) com a participação dos seguintes membros do referido colegiado: Profa Ana Alice Aguiar  
7 Eleutério, Prof Valdemar João Wesz Junior, Prof Dirceu Basso e Profa. Carolina dos Anjos de Borba  
8 docentes do curso. Na reunião foram debatidas as seguintes temáticas: i) Foi aprovado o Regimento  
9 Interno do Colegiado de Curso (RICC), que será encaminhado às instâncias superiores da UNILA;  
10 ii) Antonio Warner Lucas Alves, Coordenador da Comissão Própria de Avaliação (CPA), não pode  
11 estar presente na reunião e comunicou por via eletrônica o motivo da sua ausência; iii) O processo  
12 de avaliação das disciplinas, ministradas pelos(as) docentes envolvidos com o curso de  
13 Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar (DRUSA), feito pelo Núcleo Docente Estruturante  
14 (NDE), ficou pendente para a próxima reunião; iv) foram homologadas as equivalências e reofertas  
15 dos alunos Martin Franco, Ricardo Santiago Caprario e José Alves Ferreira Junior; v) Esta prevista  
16 para o dia 14 de agosto de 2015 a colação de grau de Rafael Lucas Alves Ferreira. Karoline Ribeiro  
17 também demandou a colação de grau, mas até a reunião não havia uma resposta definitiva sobre a  
18 sua participação. Prof. Guillermo comenta que, nas próximas colações de grau, é provável que o  
19 curso tenha uma maior atuação nas decisões; vi) A grade de disciplinas do curso DRUSA já está  
20 organizada, tendo alguns ajustes pontuais. Guillermo comentou que foi criada a disciplina Avaliação  
21 de Programas II, mas consultará a PROGRAD sobre a viabilidade de ofertar essa disciplina, visto  
22 que a mesma não está no PPC do curso; vii) Cada professor orientador tem autonomia na formação  
23 da banca do TCC e no período de defesa, desde que respeite o prazo limite da UNILA para registro  
24 da nota no SIGAA; viii) A próxima reunião será no dia 09 de setembro de 2015. Não tendo mais  
25 questões a serem analisadas a ata foi lavrada e assinada por mim Prof. Valdemar João Wesz Junior,  
26 secretário da reunião, pelo presidente da reunião e Coordenador de Curso Prof. Guillermo Javier  
27 Diaz Villavicencio, pela Profa Ana Alice Aguiar Eleutério, pelo Profa. Carolina dos Anjos de Borba  
28 e pelo Prof Dirceu Basso. Assinaturas:



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA**  
**COLEGIADO DO CURSO DE DESENVOLVIMENTO RURAL E SEGURANÇA**  
**ALIMENTAR.**

**REGIMENTO INTERNO DO COLEGIADO DO CURSO DE**  
**DESENVOLVIMENTO RURAL E SEGURANÇA ALIMENTAR.**

Aprova o Regimento Interno do Colegiado do Curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar da Universidade Federal da Integração Latino-Americana –UNILA, 01 de Julho 2015.

**TÍTULO I**  
**DO COLEGIADO E SEUS FINS**

Art. 1º. O Colegiado do Curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar da UNILA é regido por este Regimento, observadas as disposições dos órgãos universitários superiores.

Art. 2º. O Colegiado mencionado no artigo anterior é o órgão primário de função normativa, consultiva, deliberativa e de planejamento acadêmico do curso, com composição, competências e funcionamento definidos na Resolução COSUEN 007/2014, de 30 de junho de 2014, e disciplinado neste Regimento Interno.

## TÍTULO II

### DA NATUREZA E CONSTITUIÇÃO DO COLEGIADO

Art. 3º. O Colegiado do Curso de graduação em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar tem por finalidade acompanhar a implementação e administrar a execução do projeto pedagógico do curso, avaliar alterações dos currículos plenos, discutir temas ligados ao curso, planejar e avaliar as atividades acadêmicas do curso, observando-se as políticas e normas vigentes, ressalvadas as competências das instâncias superiores.

Art. 4º. O Colegiado de Curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar, respeitando a proporção de 70% (setenta por cento) de docentes, conforme o parágrafo único do Art. 56 da Lei nº 9.394/1996, é constituído por:

- I. Coordenador do Curso;
- II. Vice-coordenador do Curso;
- III. Todos os docentes efetivos que ministram componentes curriculares no Curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar;
- IV. Discentes, escolhidos por seus pares segundo processo eleitoral coordenado pelo Diretório Acadêmico do curso ou similar, em número equivalente a 20% (vinte por cento) do total de membros do Colegiado;
- V. Técnico-administrativos, escolhidos entre seus pares, em número equivalente a 10% (dez por cento) do total dos membros do Colegiado.

§ 1º Os representantes relacionados nos incisos I e II serão eleitos de acordo com a Resolução COSUEN 8/2014, de 02 de julho de 2014.

§ 2º Os docentes elegíveis no inciso III deverão fazer parte do quadro de Funcionários Ativos Permanentes do Curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar, e que ministrem ao menos quatro créditos em disciplinas do curso no semestre letivo corrente.

§ 3º A representação indicada no inciso IV deverá ser ocupada por discentes com matrícula ativa no curso, exceto aqueles que estiverem cursando o primeiro semestre e o último semestre letivos.

§ 4º A representação indicada no inciso V poderá ser ocupada por técnico-administrativos que atuem no curso.

Parágrafo único: Professores que se encontrem afastados ao início do ano letivo não serão contabilizados para a composição do Colegiado de curso.

Art. 5º A presidência do colegiado de curso será exercida pelo coordenador do curso.

Parágrafo Único. O coordenador será substituído, em suas faltas ou impedimentos pelo vice-coordenador, e, na falta ou impedimento deste, pelo membro do colegiado mais antigo no magistério superior.

Art. 6º A secretaria do colegiado de curso será exercida por membro escolhido entre os componentes do colegiado.

Parágrafo único. O secretário será designado no início de cada reunião.

### **TÍTULO III**

#### **DA ELEIÇÃO DOS MEMBROS REPRESENTANTES DE CATEGORIAS**

Art. 7º A eleição dos representantes discentes ocorrerá através de processo eleitoral coordenado pelo Diretório Acadêmico do curso ou similar e deverá ter seus resultados apresentados em data e forma estipuladas no Edital de abertura de eleições do Colegiado do Curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar.

Parágrafo único. A eleição dos representantes discentes deverá zelar pelas recomendações do Art. 4º, §6º da Resolução COSUEN 07/2014.

Art. 8º A eleição dos representantes técnicos ocorrerá anualmente e seus resultados serão apresentados em data e forma estipuladas no Edital de abertura de eleições do Colegiado do Curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar.

Art. 9º A eleição de representantes docentes ocorrerá em data e forma estipuladas no Edital de abertura de eleições do Colegiado do Curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar.

### **TÍTULO III**

#### **DAS COMPETÊNCIAS**

Art. 10 Compete ao Colegiado de Curso:

I. elaborar o Regulamento do Colegiado do Curso, observadas as normas institucionais, para posterior aprovação da Comissão Acadêmica de Ensino.



- II. auxiliar a Coordenação de Curso na implantação e execução do Projeto Pedagógico de Curso (PPC);
- III. analisar e deliberar sobre as propostas de alteração do Projeto Pedagógico do Curso encaminhadas pelo NDE;
- IV. colaborar com os docentes na elaboração, atualização e ajustamento de planos de ensino de disciplinas, promovendo a dinamicidade na aplicação do PPC e na integração de seus componentes curriculares;
- V. aprovar os planos de ensino das disciplinas, propondo adequações quando necessárias, consultando o NDE;
- VI. fomentar a discussão teórica e o avanço prático de metodologias de ensino adequadas às diferentes disciplinas do curso;
- VII. estimular prática de estudo independente, visando à progressiva autonomia intelectual e profissional do estudante;
- VIII. incentivar os discentes à produção de publicações e à participação em eventos, projetos e outras atividades acadêmicas;
- IX. propor e apoiar a promoção de eventos acadêmicos do curso;
- X. opinar nos processos de seleção, contratação, redistribuição, afastamento e substituição de professores;
- XI. colaborar com o levantamento de demandas de infraestrutura e de aquisição de livros, equipamentos e materiais diversos de necessidade do curso;
- XII. acompanhar o cumprimento dos programas, da legislação, dos planos de ensino, do PPC, bem como a execução dos demais projetos;
- XIII. designar grupos de trabalho para atividades específicas no âmbito do Curso;
- XIV. dar suporte à Coordenação de Curso na tomada de decisões relacionadas às atribuições desta, sempre que solicitado;
- XV. acompanhar os trabalhos e dar suporte ao NDE, apreciando as sugestões deste e buscando meios para implementá-las;
- XVI. emitir pareceres, dentro de suas competências, sobre solicitações de estudantes e professores sempre que requerido;
- XVII. acompanhar a avaliação do curso, incluindo a autoavaliação e as avaliações internas e externas, em articulação com a Coordenação do Curso e o NDE;

XVIII. divulgar, antes do período de matrícula, a relação de turmas com os respectivos professores e número de vagas;

XIX. fixar regras quanto à integralização do curso, respeitando o estabelecido em normas legais;

XX. deliberar sobre os pedidos de prorrogação de prazo para conclusão de curso;

XXI. deliberar, em grau de recurso, sobre decisões do Presidente do Colegiado do Curso;

XXII. realizar outras atividades correlatas, no âmbito de sua competência.

## **TÍTULO IV DO FUNCIONAMENTO**

### **Capítulo I**

#### **Das Reuniões**

Art. 11. O Colegiado do Curso se reunirá ordinariamente, pelo menos uma vez por mês, de acordo com as datas estabelecidas em calendário anualmente aprovado, e extraordinariamente, se convocado pelo Coordenador, com indicação de motivo, ou a requerimento de 1/3 (um terço) do total dos membros do Colegiado, com indicação de motivo.

§1º O Coordenador divulgará por escrito, com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, a pauta com os assuntos a serem tratados nas reuniões ordinárias.

§2º As reuniões extraordinárias serão convocadas por escrito, com antecedência mínima de (48 quarenta e oito) horas, mencionando-se a pauta.

§3º O Colegiado se reunirá com o quórum mínimo de metade mais um de seus membros em primeira convocação. Havendo necessidade de uma segunda convocação, a ser realizada 30 (trinta) minutos após a primeira, o quórum passa a ser de 1/3 (um terço) dos membros do Colegiado.

Art. 12. O comparecimento às reuniões do Colegiado é obrigatório e preferencial em relação a quaisquer outras atividades universitárias, exceto às referentes aos órgãos que lhe sejam superiores.

§1º Será considerada justificativa:

a) Motivo de saúde;

b) Direito assegurado por legislação específica;

c) Motivo relevante, a critério do Colegiado.

Parágrafo único. Os representantes discentes do Colegiado receberão, quando solicitado, um documento, assinado pelo presidente do Colegiado, justificando suas ausências em aula.

Art. 13. Será admitida a presença e, em caráter eventual, desde que aprovada pelo Colegiado, a participação, com direito a voz e sem direito a voto, de alunos das disciplinas do Curso, de membros da Comunidade, de docentes ou de representantes dos órgãos técnicos desta Universidade nas reuniões do Colegiado para prestar e/ou obter esclarecimentos que se façam necessários sobre assuntos constantes da ordem do dia.

Parágrafo único. Durante a discussão de assuntos que o Colegiado considere de caráter sigiloso, só poderão estar presentes os membros do Colegiado.

Art. 14. As reuniões serão presididas pelo Coordenador.

Parágrafo único. Na falta ou impedimento do Coordenador, a presidência da reunião do Colegiado será exercida pelo Vice-Coordenador; na falta de ambos, pelo membro docente do Colegiado mais antigo na docência da UNILA, ou, em igualdade de condições, pelo membro docente do Colegiado mais idoso.

Art. 15. As reuniões terão a duração máxima de 3 (três) horas.

Parágrafo único. Excepcionalmente, este horário poderá ser prorrogado por mais 30 (trinta) minutos, se assim aprovado pelos membros do Colegiado presente.

Art. 16. Havendo quórum, o Coordenador (ou seu substituto) declarará aberta a reunião. Procederá, então, à leitura da ata da reunião anterior, que será considerada aprovada independentemente de votação, se não houver pedido de retificação. Em seguida, terá início a fase do expediente de 30 (trinta) minutos, passando-se depois à ordem do dia, quando serão discutidos e votados os assuntos constantes da pauta.

Parágrafo único. Depois de aprovadas, as atas não assinadas das reuniões colegiadas serão publicadas pelo presidente do Colegiado, na forma de e-mail enviado aos estudantes e professores do Curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar, e técnicos vinculados ao curso.

Art. 17. Apresentado um assunto pelo Relator designado, proceder-se-á à discussão, facultando-se a palavra a cada um dos presentes, a juízo do Coordenador (ou seu substituto).

Art. 18. A questão de ordem, que deverá ser claramente formulada, com indicação das disposições regimentais ou estatutárias, cuja observância se pretenda esclarecer, será decidida em definitivo pelo Coordenador (ou seu substituto).

Art. 19. Qualquer participante poderá falar pela ordem, para reclamar a observância de expresso dispositivo deste Regimento ou pedir informações sobre matéria em debate.

Art. 20. Para apartear um colega, o participante deverá solicitar-lhe permissão.

§1º Não serão permitidos apartes paralelos ao discurso.

§2º Quando o orador estiver a falar pela ordem, ou para encaminhar votação, não serão permitidos apartes.

§3º Os apartes serão breves e corteses.

Art. 21. Antes do encerramento da discussão, é possível a concessão de vista da matéria em debate a quem a solicite, com obrigação de o requerente apresentar seu voto no prazo estabelecido pelo Coordenador (ou seu substituto).

Parágrafo único. Se houver impugnação justificada ao pedido de vista, o Colegiado decidirá sobre sua concessão.

Art. 22. As votações serão efetuadas com a presença de pelo menos metade mais um dos membros do Colegiado, considerando-se aprovada a matéria que obtiver aprovação favorável da maioria dos membros do Colegiado presentes, salvo exigência de quórum especial prevista em texto legal estatutário regimental, segundo Art. 11 inciso 3.

Parágrafo único. No caso de empate, caberá ao Coordenador ou a seu substituto eventual o voto de desempate.

Art. 23. Os trabalhos de cada reunião devem, obrigatoriamente, ser registrados em ata.

Parágrafo único. Caberá ao secretário da Coordenação a lavratura das atas das reuniões, que serão assinadas pelo Coordenador (ou seu substituto) e rubricadas, quando da sua aprovação, por todos os membros do Colegiado.



Art.24. Das decisões do Colegiado de Curso caberá recurso ao Colegiado do Centro Interdisciplinar ao qual o curso esta vinculado, no prazo de 15 (quinze) dias.

## **Capítulo II**

### **Dos Membros do Colegiado**

Art. 25. Compete aos Membros do Colegiado:

- I. colaborar com o Coordenador no desempenho de suas atribuições;
- II. colaborar com o Coordenador na orientação e fiscalização do funcionamento didático e administrativo do curso;
- III. comparecer às reuniões, convocando o suplente em eventual impedimento para o comparecimento;
- IV. apreciar, aprovar e assinar ata de reunião;
- V. debater e votar a matéria em discussão;
- VI. requerer informações, providências e esclarecimentos ao Coordenador;
- VII. realizar estudos, apresentar proposições, apreciar e relatar as matérias que lhes forem atribuídas.

## **Capítulo III**

### **Da presidência**

Art. 26. São atribuições do Presidente:

- I. Convocar e presidir as reuniões;
- II. Representar o Colegiado junto aos demais órgãos da UNILA;
- III. Encaminhar as decisões do Colegiado;
- IV. Designar relator ou comissão para estudo de matéria do colegiado;
- V. Submeter à apreciação e à aprovação do colegiado a ata da sessão anterior;
- VI. Dar posse aos membros do colegiado;
- VII. Decidir, ad referendum, em caso de urgência, sobre matéria de competência do Colegiado;
- VIII. Cumprir e fazer cumprir a Resolução COSUEN 007/2014, as normas superiores e o Regimento Interno do Colegiado de Curso;
- IX. Realizar atividades correlatas às suas funções.

## **Capítulo IV**

### **Da Secretaria do Colegiado**

Art. 27. Compete ao Secretário do Colegiado:

- I. Lavrar as atas do Colegiado;
- II. Registrar as deliberações do Colegiado após a redação final;
- III. Exercer as demais atribuições inerentes às funções.

## **Capítulo V**

### **Das Comissões Especiais Temporárias**

Art. 28. O Colegiado poderá constituir Comissões Especiais Temporárias para exame de assuntos específicos.

§1º As comissões serão integradas por membros do Colegiado, sendo o exercício das atividades por eles desenvolvidas consideradas relevantes, não ocasionando qualquer remuneração;

§2º Em caso de urgência, o Coordenador do Curso poderá criar Comissões Especiais Temporárias ad referendum do Colegiado;

§3º Os documentos elaborados por essas Comissões (estudos, pareceres, relatórios, etc.) serão submetidos à apreciação do Colegiado.

## **TÍTULO V**

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art.29. O período de funcionamento do Colegiado do Curso obedecerá ao Calendário Acadêmico da UNILA, aprovado pelo Conselho Universitário (CONSUN).

Art. 30. As modificações deste Regimento poderão ser propostas pelo presidente ou por metade mais um dos membros titulares do Colegiado, e aprovadas por, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros do Colegiado.

Art. 31. Este regulamento entrará em vigor a partir da sua publicação.